



Os Anos de Primavera no País da Eterna Tirania: as reformas sociais e a revolução na Guatemala

Anelise Suzane Fernandes Coelho¹

Resumo

No ano de 1944 a Guatemala presenciou o surgimento de um movimento revolucionário que introduziu no país, por um curto período de tempo, um governo democrático, que, através de reformas sociais, modificaria a dinâmica política do país por dez anos. Durante a revolução o governo guatemalteco legalizou o partido comunista no país e promoveu a reforma agrária. Essas atitudes, em um contexto de Guerra Fria, corroboraram para o fim da revolução em 1954, através de um golpe de Estado organizado pela Agência de Inteligência dos Estados Unidos. O objetivo do presente trabalho é analisar as reformas sociais e a relação das mesmas com os membros do partido comunista local, e assim, compreender os aspectos sociais da revolução, seus avanços e sua relação com a intervenção estadunidense na Guatemala.

Palavras-Chave: Revolução Guatemalteca. Comunismo. Guerra Fria.

Los Años de Primavera en el País da la Eterna Tiranía: las reformas sociales y la revolución en Guatemala

Resumen

En el año de 1944 Guatemala presenció el surgimiento de un movimiento revolucionario que introdujo en el país, por un corto plazo, un gobierno democrático, que tras reformas sociales, modificó la dinámica política del país por diez años. Durante la revolución el gobierno guatemalteco legalizó el partido comunista y permitió la implantación de una reforma agraria. Estas medidas, en un contexto de Guerra Fría, colaboraron para el fin de la revolución en 1954, tras un golpe de Estado organizado por la Agencia de Inteligencia de los Estados Unidos. El objetivo del presente trabajo es analizar las reformas sociales y su vínculo con los miembros del partido comunista local, y así, comprender los aspectos sociales de la revolución, bien como de los avances y relaciones de la misma con la intervención estadunidense en Guatemala.

Palabras Claves: Revolución Guatemalteca. Comunismo. Guerra Fría.

The years of spring in the country of eternal tyranny: The social reforms and the revolution in Guatemala

Abstract

¹ Mestranda em História na linha de História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, cursando o segundo ano. Pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Inteligência Governamental - CEEIG\UFMG. Correio eletrônico: suzanelise@gmail.com.

In the year of 1944 Guatemala witnessed a revolutionary movement which introduced in the country, for a short period of time, a democratic Government that brought social reforms and changed the political dynamics of the country for ten years. During the revolution, in 1952, the Guatemalan government legalized the Communist Party in the country and promoted a land reform, those attitudes in a context of Cold War had as consequence the end of the revolution in 1954 with a coup d'état organized by the intelligence agency of the United States. The goal of this work is to analyze the social reform, its advances, the relation between the reforms and the local Communists. With that we aim to better understand the relationship between the social reforms and the United States intervention in the country.

Key-words: Guatemalan Revolution. Communism. Cold War.

Introdução

A Guatemala é um país situado na região central do hemisfério Americano. Ela foi parte do Império Espanhol e tornou-se independente no século XIX. Juntamente com as outras nações da América Central formou a *Federación de Centroamérica*, uma República Federativa com uma Constituição baseada no modelo estadunidense². A unidade regional não duraria muito tempo, uma guerra civil causada por rivalidades entre liberais e conservadores, levou à criação do Estado independente da Guatemala, como consequência da vitória do líder conservador guatemalteco Rafael Correa³. A Guatemala surgiu como Estado moderno independente com a conformação territorial que conhecemos hoje no ano de 1839 e o poder local ficou nas mãos dos grupos conservadores até o ano de 1871 quando diversas reformas liberais alteram a dinâmica social e política do país.

O país é reconhecido internacionalmente por seu clima agradável o ano todo: o país da “primavera eterna”. Entretanto, no campo político e social ela se destacava historicamente por ser um país de muita violência, instabilidade política e repressão social, principalmente após as reformas de 1871. A *Revolução de Outubro* seria um momento transformador daquele país.⁴ Diante de seu passado histórico e após viver as mudanças da revolução de 1944, um dos mais famosos escritores guatemaltecos, Luis Cardoza y Aragón (2004, p. 45), cunhou a expressão *años de primavera en el país de la eterna tiranía*. Essa expressão forte foi utilizada no título do presente trabalho com o objetivo de enfatizar a importância da Revolução de

² A Federação era composta por cinco países: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Ela surgiu da Assembleia Constituinte das Províncias Unidas da América Central, sua Constituição data de 22 de Novembro de 1824. A capital oficial da federação era a Cidade da Guatemala e a união durou até o ano de 1938.

³ Os conservadores da região lutavam por um poder centralizado e pela defesa da Igreja, de seus valores e por poder político; os liberais eram progressistas, defendiam a separação entre Estado e igreja e a federação Centro Americana.

⁴ Revolução de Outubro é o termo pelo qual o evento que levou à mudança de regime político na Guatemala ficou conhecido. Em Julho de 1944 o ditador Jorge Ubico cede às manifestações populares e se afasta do poder, entretanto, o General Ponce Vaides, membro da Junta Militar que assumiu o poder, decide garantir sua eleição através de métodos repressivos e gera uma reação de parte do exercito, que ansiava por mudanças. No dia 20 de Outubro de 1944 um levante armado depõe Ponce e coloca no poder uma junta civil-militar que convoca eleições para presidente e para a Assembleia Constituinte.

1944 como um marco de ruptura política e social na história da Guatemala, revolução esta que romperia com o padrão oligárquico liberal de governo que se estabeleceu no país no ano de 1871.

Em 1871, uma Revolução liberal liderada por Justo Rufino Barrios retirou o poder dos grupos conservadores e abriu o país para reformas políticas. As reformas de 1871, que se consolidaram com a Constituição liberal de 1879, atacaram a Igreja Católica, limitando seu poder político e confiscando suas propriedades, na tentativa de modernizar o país e em benefício dos proprietários de terras, em especial dos cafeicultores. Ela reformou o estatuto da terra e restabeleceu o trabalho forçado indígena. Do governo de Justo Rufino Barrios até o ano de 1944 a estrutura do poder baseou-se nessas reformas, que foram uma resposta à mudança social e econômica pela qual o país passava.

Ao longo do período colonial a região na qual hoje a Guatemala se encontra destacava-se no comércio internacional de corantes naturais, como a *Grana Cochinila*⁵. O período no qual os conservadores estavam no poder reproduziu a estrutura colonial tradicional. O historiador e cientista social guatemalteco Sérgio Tischler Visquerra (2009, p.20), destaca que “o cultivo da grana não necessitava de grandes extensões de terras nem de uma força de trabalho massiva; eram normalmente pequenos produtores que se dedicavam a esta atividade produtiva”.

Em meados do século XIX, por volta da década de 1860, o café foi introduzido aos produtores locais e seus altos lucros logo o tornaram o produto mais cultivado no país. A introdução do café geraria novas necessidades que entrariam em confronto com a estrutura tradicional citada por Visquerra (2009). O sucesso do café beneficiou um pequeno grupo de produtores locais que se destacaria naquela sociedade, principalmente após a década de 1870, uma nova elite estava surgindo. Visquerra (2009, p. 18) aponta que, “na segunda metade do século XIX, o café se converteu no principal produto de exportação da Guatemala e na base da economia nacional”. O problema que os cafeicultores enfrentavam, naquele momento, período de domínio político conservador, era a dificuldade de obter mão de obra e terras, problema que seria solucionado na década de 1870.

A estrutura agrária e social anterior à entrada do café na economia não demandava muita mão de obra ou latifúndios. As mudanças econômicas e sociais que foram ocorrendo no

⁵ A grana cochinilla (*Dactylopius coccus*) é um inseto parasita de certos gêneros de cactos, a partir do qual se obtém corante vermelho. Referência: FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: caminhos desconhecidos. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 4, Ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422007000400048&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2011.

país com a chegada do café criaram novas necessidades no campo da distribuição de terras e de mão de obra.

Diferentemente da grana, a economia cafeeira necessitava de uma liberdade para a expansão territorial e apropriação privada do solo. Naquelas circunstâncias esses objetivos só poderiam ser alcançados mediante uma profunda mudança tanto das formas de posse de terras quanto nas formas de organizações sociais que eram orgânicas. (VISQUERRA, 2009, p. 21)

A oligarquia cafeeira enriqueceu-se e fortaleceu-se politicamente na segunda metade do século XIX, com isso criou-se um ambiente favorável às mudanças que tanto almejava. As reformas liberais redefiniram o perfil agrário da Guatemala com base nos anseios dos cafeicultores. Visquerria (2009, p.22) afirma que “a pedra fundamental foi a Reforma Agrária liberal. Esta quebrou a coluna vertebral do regime tradicional de posse de terra, e estimulou um processo de privatização do solo as custas da propriedade comunal indígena e do clero”. A maioria dos autores que se dedicam ao tema da revolução liberal na Guatemala enfatiza os efeitos da mesma entre os povos indígenas locais. Os índios, que haviam preservado suas terras comunais ao longo do século XIX, vivendo isolados nas terras altas do país, foram os maiores prejudicados, pois a revolução liberal, ao modificar o estatuto da terra, tornou as propriedades comunais em propriedade privada. Além disso, ela também estabeleceu o trabalho forçado para esse grupo: “as posses comunais das aldeias foram abolidas com o resultado final que as melhores terras terminaram nas mãos dos *finqueros*” (SCHNEIDER, 1959, p.05). Como o processo foi comandado pela elite econômica e agrária do país, o resultado do mesmo, como Schneider destaca, foi que as melhores terras para cultivo seriam apropriadas por eles. A introdução do capitalismo de agro-exportação agravou a situação de miséria e submissão dos índios.

Para fornecer a mão de obra necessária para as *fincas*, particularmente na época de colheita, alguma forma teve que ser encontrada para induzir os índios a sair das aldeias nas terras altas e trabalhar *fincas*. Um sistema de contrato de salário evoluiu e foi bem sucedido no fornecimento de mão de obra barata para a produção de culturas de exportação. (SCHNEIDER, 1959, p.5-6)

A Reforma Liberal na Guatemala expropriou as terras comunais para beneficiar alguns proprietários privados que se dedicavam à cultura do café. Destituídos de suas terras, os indígenas se estabeleceram em grandes empreendimentos agrícolas nos quais a cultura do café requeria um grande número de trabalhadores e, posteriormente, nas plantações de bananas das companhias internacionais que se estabeleceram no país graças ao bom relacionamento com ditadores liberais, principalmente Estrada Cabrera e Jorge Ubico.

As transformações relacionadas à *fincas* cafeeira demandaram mudanças profundas nas relações de trabalho e essas mudanças se deram mediante a organização do trabalho

forçado. O sistema de *peonaje*, característico do sistema colonial, foi reproduzido nas *fincas* guatemaltecas após a reforma liberal até a ascensão de Jorge Ubico. O sistema de *peonaje* se combinou com um sistema estatal que obrigava aos indígenas das terras altas a trabalhar para as fazendas nos períodos de semeadura e colheita, quando o processo produtivo necessita de mais mão de obra (VISQUERRA, 2009). O sistema só mudaria a partir da década de 1930, quando Jorge Ubico chegou ao poder e, no anseio de recuperar a economia após a eclosão da grave crise econômica de 1929, aboliu o sistema de trabalhos forçados, estilo *peonaje*, e o substituiu por Leis de vadiagem, mais modernas e eficientes numa perspectiva estatal,

Em 1934 Ubico aboliu o sistema de contrato e substituiu por uma série de Leis de vadiagem que obrigou os índios que cultivavam menos do que a quantidade necessária de terra a serem contratados como trabalhadores por pelo menos, 150 dias por ano. (SCHNEIDER, 1959, p.06)

O café introduziu a Guatemala no mundo moderno, o seu cultivo trouxe crédito, estradas e portos para o país, transformando a economia e a sociedade, que começou a romper com a cultura colonial. O café contribuiu para a formação do Estado e da burguesia local. Porém, a produção de café na Guatemala criou uma pequena elite dinâmica que modernizou a economia em benefício próprio, utilizando o país para melhorar seus lucros pessoais (ROUQUIE, 1994, p.39). Poucos dos avanços econômicos daquele período foram revertidos para uma sociedade marcada por baixos salários, altos índices de analfabetismo, sem direitos básicos e sob um forte esquema de repressão estatal.

Nos anos que se seguiram à reforma liberal a estrutura de poder local tinha como figura sobressalente o chefe político, o presidente, a ele estavam subordinados os chefes militares locais, que dividiam as funções administrativas no interior do país com os governadores e prefeitos *ladinos*⁶ (VISQUERRA, 2009, p.66). Um relatório da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, datado de três de março de 1952 com o assunto *The Revolutions of 1944*, sobre as reformas liberais afirma que, “a revolução que levou o Partido Liberal ao poder na Guatemala em 1870 [sic] não trouxe qualquer grau de democracia para o povo da Guatemala”.

O projeto liberal na Guatemala foi o padrão político durante aproximadamente seis décadas. As práticas de poder local e nacional destinavam-se a assegurar o andamento normal das fazendas e reproduziam a segmentação e o racismo em relação aos indígenas como elementos constitutivos da cultura nacional (VISQUERRA, 2009, p.66).

Aproveitando o ambiente favorável ao sector agro-exportador na Guatemala a empresa estadunidense *United Fruit Company* (UFCO) se estabeleceu no país e conseguiu diversas

⁶ Ladino é o nome dado aos mestiços guatemaltecos, é um termo distintivo local.

concessões com o ditador Manuel Estrada Cabrera (1898-1920). A Companhia Fruteira, ou *La Frutera*, como era conhecida, adquiriu grande quantidade de terras e poder e, sobre tudo, gozava de grande prestígio junto aos governantes locais, além de diversos benefícios fiscais. A *UFCO* era beneficiada pelas Leis de vadiagem e pelas diferenças sociais, o que a tornava grande parceira da elite local e de seus governantes. Seus lucros eram gigantescos, mas muito pouco se revertia para a população guatemalteca. O historiador Richard Immerman (1982, p.70) afirma que

apesar do rápido crescimento da sua empresa, Keith estava longe de estar saciado. Para realizar o grande Império da banana que ele imaginou –os guatemaltecos logo estariam chamando a empresa El Pulpo (o polvo) – ele precisava expandir suas posses de terras continuamente, e de forma tão importante, formalizar sua relação especial com o governo guatemalteco.

A *UFCO* atuava no setor agroexportador, mas possuía monopólios vitais ao país, atuando em diversos setores da economia, por isso o apelido de El Pulpo. Como exemplos de suas companhias subsidiárias destacam-se a *International Railways of Central America* (IRCA), no setor de transporte ferroviário, o monopólio do telégrafo e do único porto do país - *Puerto Barrios*.

A reforma que, como dito anteriormente, alterou o estatuto da terra e as relações de trabalho, também realizando mudanças na educação nacional. O objetivo das reformas na educação era a busca pela secularização do Estado e o rompimento do monopólio clerical sobre a educação: “em termos formais podemos dizer que o Estado assumiu o papel de regulador da cultura nacional, papel que durante o regime anterior havia sido quase que monopólio da Igreja católica” (VISQUERRA, 2009, p.93). Ao tornar a educação laica e liberal, o governo criou uma rede de professores que, com o passar dos anos, se tornaria um dos principais opositores ao regime, sendo o primeiro presidente da Revolução Guatemalteca de 1944 um professor.

A história política da Guatemala, até 1944, é definida pelo pesquisador estadunidense Ronald Schneider (1959, p.6) da seguinte forma: “em geral, longos períodos de ditadura personalista alternaram-se com períodos mais curtos de instabilidade política”. Nesses períodos de ditaduras personalistas ou de instabilidade política os proprietários de terras e as companhias estrangeiras eram os grandes beneficiados. A Revolução de 1944 foi o primeiro momento de mudança estável na estrutura política do país. A Reforma Liberal de 1871 transformou somente de maneira parcial a estrutura herdada do período colonial, já a Revolução Guatemalteca de 1944 é o momento no qual a Guatemala rompe com a estrutura colonial.

Em resumo, o período liberal foi caracterizado pelos seguintes aspectos: o Estado se centrou no latifúndio cafeicultor, foi um Estado oligárquico liberal altamente repressivo, que não aceitava a oposição.

Desde o estabelecimento do sistema com a ditadura de Justo Jufino Barrios, até o último ditador (Jorge Ubico), os governos liberais reproduziram de forma sistemática o Estado liberal oligárquico, definindo a relação social, a estrutura histórica, que tratamos de definir. Assim pode-se dizer que a pesar das diferenças entre esses governos – alguns mais ditatoriais que outros, como os de Manuel Estrada Cabrera (1898-1920) e Jorge Ubico (1931-1944)-, as ações que levam a cabo estavam inscritas dentro de uma equação social e de poder que lhes dava sentido. Todos reproduziram o sistema da *finca* e a servidão como a forma fundamental de organização do trabalho; em outras palavras, foram um elemento ativo, e o eixo político estatal, da estrutura *finca-renta- capital comercial/financeiro* no qual plasmou a hegemonia oligárquica do período liberal. (VISQUERRA, 2009, p.72)

A Guatemala pré-1944 era um país de bom relacionamento com o governo estadunidense e suas empresas. Entretanto, mudanças na conjuntura internacional e nacional nos primeiros anos da década de 1940 mudariam a dinâmica política do país, levando à crise do regime oligárquico e à implementação de outra revolução em 1944.

A Revolução de 1944

O ano de 1944 começou como um ano habitual na Guatemala, Jorge Ubico Castañeda, o presidente do país desde 1931, governava com base no sistema oligárquico liberal estruturado pelas reformas já explanadas. Entretanto, uma gama de acontecimentos proporcionaria à Guatemala um fim de ano diferente.

As mudanças chegaram à Guatemala através de um movimento de estudantes, profissionais liberais, professores universitários e trabalhadores urbanos, contra o autoritarismo do então presidente, em busca de autonomia, liberdade e mudanças sociais. "Foi uma revolução peculiar, que viu trabalhadores urbanos, a classe média, a elite agrária e o corpo de oficiais celebrando juntos" (GLEIJESES, 1991, p.30).

Os acontecimentos de 1944 foram decorrentes de um movimento popular que subverteu a ordem vigente e estabeleceu um governo democrático de cunho reformista. Os revolucionários carregavam um forte comprometimento com a mudança da condição social dos guatemaltecos, inclusive dos índios, que obtiveram a condição de cidadãos. A Revolução Guatemalteca introduziu novos atores na cena política, as elites tradicionais perderam espaço. Além de implantar a democracia, ela promoveu mudanças no status social de muitos cidadãos, promovendo reformas de caráter social.

Os eventos que colocam fim na administração de Jorge Ubico e impediram a de seu pretense sucessor, Ponce Vaides, foram fruto do anseio da classe média por liberdade e melhores condições sociais, e provocaram profundas mudanças na dinâmica política e social da Guatemala nos dez anos que a seguiram.

A administração de Ubico foi caracterizada por níveis extremamente elevados de repressão e violência. Seu governo foi muito benéfico para o capital estrangeiro, especialmente a *United Fruit Company*, que recebeu diversos tipos de isenções de impostos e benfeitorias, mas também agradou as elites locais através da aplicação de rígidas Leis de vadiagem. Sua administração foi comprometida com a modernização do país, infraestrutura foi produzida através da utilização do trabalho forçado de desempregados e prisioneiros, minimizando o que o Estado gastava e colaborando com a acumulação de recursos nos cofres públicos. Os trabalhadores não podiam fazer greve ou se organizar em sindicatos, os comunistas foram presos e perseguidos a ponto de, em 1944, não existir no país nenhuma organização ou grupo de caráter socialista ou comunista.

Depois disso, observa um advogado trabalhista , ‘começou a longa noite do trabalho da Guatemala’. As palavras sindicatos, greves, direitos do trabalhador, petições, foram prescritas e aqueles que ousassem usá-los eram automaticamente marcados como 'comunistas'. (GLEIJESES, 1991, p.11-12)

Ainda segundo GLeijeses (1991), os poucos comunistas que atuaram no país foram presos, perseguidos e, os que não fugiram, foram torturados e mortos. O historiador Nick Cullather (1999, p.9) afirma que Jorge Ubico “suprimiu a dissidência, legalizou a matança dos índios por senhorios, ampliou o exército e organizou uma gestapo pessoal”. O ambiente repressor naquele momento era muito forte, o Major Paz Tejada, um dos revolucionários de 1944, em suas memórias ressalta que “na Guatemala havia muita pobreza, e o sistema de Ubico se estendia à todas as esferas da vida. Todo mundo vivia com temor, deveria se ter muito cuidado com o que se praticava” (IBARRA, 2004, p.77).

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e a consequente defesa pública de ideais como os de liberdade e democracia, por Winston Churchill e Franklin Delano Roosevelt, na *Carta do Atlântico*⁷ teve grande impacto na intelectualidade guatemalteca. A retórica estadunidense foi um dos principais instigadores da oposição guatemalteca, que foi encabeçada por professores e estudantes universitários. Inspirados também pela revolta contra o ditador Hernandez Martínez, em El Salvador no ano de 1944,

⁷ O *Atlantic Charter* foi derivado de uma declaração conjunta e desenvolvido ao longo da Conferência Atlântica, de 1941, proferida pelo presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt e pelo primeiro ministro britânico Wiston Churchill, que exaltava o direito de autodeterminação dos povos, liberdade e bem estar social.

um movimento de universitários tomou as ruas da Cidade de Guatemala em uma manifestação por maior autonomia para Universidade de San Carlos de Guatemala. A manifestação foi duramente reprimida por Ubico e culminou na morte de uma professora, Maria Chinchilla, que foi assassinada durante uma passeata e transformou-se em um dos símbolos da Revolução de Outubro. Diante desta reação do governo de Jorge Ubico, manifestações se intensificaram e professores, intelectuais e trabalhadores urbanos aderiram aos protestos que culminaram na renúncia de Ubico ao poder. Para ocupar o poder após a renúncia de Jorge Ubico, uma junta militar, formada por generais aliados do antigo governante assumiu o poder, dentre eles o General Ponce Vaides, que tentou dar continuidade à política autoritária anterior e se lançou candidato nas eleições que foram convocadas pela junta.

No intervalo de aproximadamente dois meses entre a queda de Ubico, em Julho de 1944, e a Revolução de Outubro, os partidos políticos foram autorizados. Um pequeno grupo de estudantes e jovens profissionais criou a *Frente Popular Libertador* (FPL), e um grupo de intelectuais e professores se organizou no *Renovación Nacional* (RN). O RN lançou o professor Juan José Arévalo como candidato; o FPL apoiou sua candidatura. Entretanto, Ponce, membro da junta de governo, também lançou sua candidatura através do Partido Liberal, sendo o representante do antigo sistema e da oligarquia. Ele passou a pressionar, por métodos ilícitos, sua vitória, ameaçando o processo eleitoral.

Em Outubro, após o assassinato de um jornalista oposto à Ponce, Alejandro Cordova, a população voltou a mobilizar-se e a repressão por parte do governo foi novamente violenta. Em 20 de Outubro, o Coronel Francisco Javier Araña, o Capitão Jacobo Arbenz e o civil Jorge Torriello tomaram o poder, formando uma junta revolucionária que governou o país até 15 de Março de 1945, quando o presidente eleito assumiu o poder. Naquele momento não existia partido comunista algum no país.

Esta revolução não era comunista em si. Em linhas gerais seguiu o padrão da Revolução Mexicana de 35 anos antes e os seus objetivos principais eram integrar o índio – entre dois terços e três quartos da população do país e que foi mantido afastado pelo homem branco por quatro séculos - à vida geral da Comunidade, modernizar o governo do país, incentivar o crescimento dos movimentos trabalhistas e camponeses, promulgar uma legislação avançada e dar impulso ao desenvolvimento econômico do país. (ALEXANDER, 1969, p.353)

Com a queda de Ponce, a nova Junta, civil-militar, honrou o compromisso anterior e anunciou a realização de eleições livres para deputados na Assembleia Nacional Constituinte e para Presidente. As eleições foram realizadas nos dias 3, 4 e 5 de Novembro, e o professor Juan José Arévalo foi eleito presidente. A antiga Constituição Liberal, de 1879, foi abolida

em 28 de Novembro, e a nova Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se para elaborar uma nova Constituição.

Uma nova Guatemala, foi dito, estava nascendo, uma Guatemala democrática na qual as pessoas não mais viveriam em medo. A junta prometeu eleições livres para uma Assembleia Constituinte, um Congresso e um Presidente. Partidos políticos cresceram mais vigorosos e os sindicatos intensificaram suas atividades nas cidades e nas plantações da United Fruit Company. (GLEIJESES, 1991, p.30)

A nova Constituição foi aprovada em 11 de Março de 1945 e o novo Presidente começou seu mandato de seis anos em 15 de Março do mesmo ano. A revolução de 1944 teve um significado transformador, o antigo sistema, controlado pela oligarquia, empresas internacionais e dirigido por Jorge Ubico, que apenas reforçava a desigualdade no país, foi substituído. Em Outubro de 1944, a revolução alterou o sistema vigente (GRANDIN, 2004). Os revolucionários "acharam incongruente permitir que seu país continuasse sob um governo com base no medo, miséria e terror, depois de tanto sangue ter sido derramado em na luta global contra o fascismo" (IMMERMAN, 1984, p.37). O governo revolucionário imediatamente revogou os decretos de Ubico, em destaque o que instituíra o trabalho forçado. Para garantir que as mudanças seriam estruturais a formulação de uma nova Constituição foi o primeiro passo tomado pelos revolucionários.

A Constituição Revolucionária

A Constituição de 1945 foi o documento fundamental da Guatemala durante aproximadamente dez anos e trouxe muitas mudanças em relação à de 1879. É importante destacar que, ao contrário da antecessora que fora modificada e desrespeitada diversas ocasiões, a Constituição de 1945 não foi alterada pelo tempo em que permaneceu vigente, ao longo dos 10 anos revolucionários.

A antiga Constituição, de 1879, tinha apenas 19 páginas, não possuía quaisquer referências a questões sociais da nação. O documento constitucional aprovado por Rusto Rufino Barrios apenas abarcava aspectos da dinâmica do poder, estabelecia um mandato presidencial de seis anos e declarava o legislativo, executivo e judiciário forças independentes⁸. Ao estudar a história da Guatemala entre 1879 e 1944 percebe-se que a constituição era letra morta no país, havia um domínio claro do executivo sobre os outros poderes. Por sua vez, a nova Constituição, de 1945, possuía mais de 50 páginas e entre elas muitos direitos foram garantidos, direitos que a população local desconhecia. Os analfabetos e

⁸ Constituição Guatemalteca de 1879. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/5/2210/14.pdf>
Acesso em: 17 de Julho de 2011.

as mulheres poderiam votar pela primeira vez, os sindicatos foram legalizados, o direito de greve, a defesa da vida, os direitos individuais, tudo isso estava nela contido⁹.

O Artigo 9 definia como cidadãos da Guatemala todos os homens com mais de 18 anos e as mulheres com mais de 18 anos que soubessem ler e escrever. Após definir o status de cidadania, a Constituição afirmava que todo cidadão poderia votar, ser votado e exercer emprego público. O voto era obrigatório e secreto para os homens que podiam ler, opcional e secreto para as mulheres, e opcional e aberto aos cidadãos do sexo masculino analfabetos. A mulher analfabeta não poderia votar, já que nem mesmo possuía o status de cidadã. Mesmo introduzindo vários direitos, as limitações ainda estavam presentes na Constituição, como a de que as pessoas analfabetas só poderiam ser eleitas para cargos municipais, o fato de o voto analfabeto ser aberto, e a proibição de voto às mulheres analfabetas. Entretanto, a base da política anterior limitava o *status* de cidadão aos guatemaltecos maiores de 21 anos e que possuíssem renda, ofício, indústria ou profissão que lhes garantissem subsistência, e a todos os membros do exército maiores de 18 anos. Somente essas pessoas poderiam votar ou exercer cargos públicos de qualquer natureza¹⁰.

No que diz respeito aos direitos individuais, no Artigo 21, a nova Constituição garantia o direito de não ser discriminado por motivos de sexo, raça, cor, classe social, crenças religiosas ou ideias políticas. Ela também garantia o direito de vida, liberdade, igualdade, segurança dos povos, honra e propriedades. As liberdades de religião, reunião pública, associação, privacidade e a condenação da censura foram apresentadas no documento. A nova Constituição foi inovadora em todos os pontos supracitados e expressava o compromisso do novo governo em promover uma maior participação política popular.

A revolução guatemalteca foi um momento de forte transformação social, não somente pela construção da nova Constituição. Ela foi um avanço que só alcançaria a repercussão que alcançou em decorrência da defesa dos valores nela presentes e através da aplicação dos mesmos na vida cotidiana do país. O respeito à Constituição foi fundamental para a consolidação da revolução. Com base em uma análise dos anos que sucederam à sua adoção percebe-se que pela primeira vez na história o legislativo e o judiciário da Guatemala receberiam o respeito necessário às instituições democráticas, um dos principais motivos que nos permite chamar aquele período de democrático¹¹.

⁹ Constituição Guatemalteca de 1945. Disponível em: <http://www.bibliojuridica.org/libros/5/2210/24.pdf>. Acesso em: 17 de Julho de 2011.

¹⁰ Constituição Guatemalteca de 1879.

¹¹ Existe um grande debate no campo da Ciência Política sobre o conceito de democracia. O texto em questão não pretende discutir o assunto mas afirma que o período foi mais democrático com base na definição de democracia da teoria política contemporânea presente no dicionário de política de Norberto Bobbio, no qual o autor afirma que nenhum regime histórico jamais observou inteiramente todas as regras do jogo democrático,

A Revolução Sob o Controle de Arévalo

O Professor, Juan José Arévalo, venceu as eleições nacionais promovidas pela junta revolucionária com uma confortável maioria (86% dos votos). Ele iniciou seu governo procurando aplicar a Constituição, melhorar a integração social do país e transformar o status do camponês. No momento da eleição os níveis de analfabetismo no país eram de aproximadamente 71%, e 2% da população do país controlava 70% das terras (ROUQUIE, 1994).

Juan José Arévalo foi o Presidente eleito pela primeira eleição livre na história da nação, acompanhada de perto por observadores internacionais. Uma Lei sobre títulos de propriedade (*Ley de Titulación Suplementaria*), do período Arévalo, deu a propriedade das terras do governo aos camponeses que nelas viviam por mais de 10 anos. Na tentativa de sabotar essa política os proprietários de latifúndios recusaram-se a renovar as concessões de arrendamento aos camponeses e expulsavam de suas terras os que fossem simpáticos ao governo. O governo respondeu à oposição aprovando a Lei que regia a duração e as bases do contrato de arrendamento agrícola (*Ley de Arrendamiento Forzoso*)¹². As terras, segundo a Constituição de 1944, deveriam cumprir uma função social, a Constituição protegia a propriedade privada da terra, entretanto permitia a expropriação se não cultivadas.

O artigo 96 da nova constituição também protegia o *ejido* (municipal) e as terras comunais, declarava que elas eram “inalienáveis, imprescritíveis, não estavam sujeitas a expropriações, e eram indivisíveis.” A Lei de Títulos (*Ley de Titulación Suplementaria*) aprovada na administração de Arévalo ofereceu título de terra aos posseiros que trabalharam a terra por mais de dez anos, mas essa Lei também serviu para legalizar a posse da terra de proprietários de latifúndios que continuaram expandindo seus domínios em direção à terras indígenas. (THIESENHUSEN apud WITTMAN e SALDIVAR-TANAKA, 2007, p.28)

O Governo procurava, com as medidas agrárias supracitadas, modernizar o campo e garantir que uma parcela maior da população pudesse produzir. A modernização do país e as reformas sociais visavam a criação de um mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional. Nesse processo, Arévalo teve a ajuda de um importante grupo de industriários nacionais.

entretanto pode-se falar de regimes mais ou menos democráticos com base na observância maior ou menor das chamadas “regras do jogo”, por isso podemos dizer que naquele momento a Guatemala passou para um grau superior ao anterior no quesito democracia, estabelecendo uma política que visava o aprimoramento da mesma. Ver Bobbio, Norberto. “*Democracia*”. In: Dicionário de Política.

¹² A Lei de Arrendamento Forçado é de 1949 e previa a obrigação dos proprietários de renovar os aluguéis da terra por mais dois anos.

O principal debate do período de reformas de Arévalo foi em torno da criação do Código de Trabalho, que limitava a duração da semana de trabalho, introduzia o descanso dominical, férias remuneradas e salário mínimo garantido por Lei¹³. Em 1947 o Código do Trabalho foi adotado e, alguns anos depois, em 1949, ele sofreu uma emenda para permitir que as organizações rurais, assim como as urbanas, se beneficiassem do Código. Ainda no período da Arévalo, o Instituto de Desenvolvimento foi inaugurado para potencializar a diversificação da agricultura e a construção de indústrias no país foi estimulada pelo mesmo. A legislação trabalhista regulamentou os sindicatos da Guatemala, os patrões começaram a ter direitos e obrigações. Inicialmente, a legislação era voltada apenas para o trabalhador urbano, mas diante das pressões das organizações sindicais urbanas e rurais, ela foi estendida para o campo. Além das mudanças citadas anteriormente, a criação do *Instituto Guatemalteco de Seguridad Social* também foi um dos avanços sociais da Revolução de 1944¹⁴.

No que diz respeito a atividades comunistas na administração de Arévalo, as companhias internacionais e a elite local já acusavam o Presidente de ser comunista ou, pelo menos, de ser simpático aos mesmos. As reformas sociais desagradaram os grupos citados, a companhia *United Fruit Company*, já na administração Arévalo, começara a fazer lobby no senado estadunidense contra o governo guatemalteco e a acusá-lo de comunista. O que sabemos é que Arévalo não tomou medidas que beneficiaram os comunistas, durante sua administração o partido continuou proibido. Porém, para o pesquisador estadunidense Schneider (1959, p.22) "a posição oficial de Arévalo como Presidente em relação ao comunismo foi baseada na tolerância de comunistas como indivíduos, mas de oposição à formação de um partido organizado". Os comunistas não criaram um partido logo após a revolução de 1944, foi apenas em 1949 que o Partido Comunista foi e secretamente reorganizado, tendo realizado seu primeiro congresso. Foi registrado como organização política legal apenas em 1952 (ALEXANDER, 1969).

Segundo Schneider (1959), a maioria dos líderes do Partido Comunista eram ativos no governo de Arévalo, mas essa análise é simplista, afinal, os futuros líderes deste Partido participaram ativamente da revolução e faziam parte dos partidos revolucionários, FPL e RN,

¹³ O Código do trabalho Guatemalteco data de 8 de Fevereiro de 1947. Disponível em: <http://www.congreso.gob.gt/decretos.php?id=8680>. Acesso em: 17 de Fevereiro de 2011.

¹⁴ O promulgar a Constituição da República o povo da Guatemala, encontrou entre as garantias sociais o Artigo 63, que segundo o texto: "*SE ESTABLECE EL SEGURO SOCIAL OBLIGATORIO*". A Lei regularia seus alcances, extensão e a forma que deveria ser posto em vigor. Em 30 de Outubro de 1946, o Congresso da República, emitiu o Decreto número 295, "*LA LEY ORGANICA DEL INSTITUTO GUATEMALTECO DE SEGURIDAD SOCIAL*". Que criou "*Una Institución autónoma, de derecho público de personería jurídica propia y plena capacidad para adquirir derechos y contraer obligaciones, cuya finalidad es aplicar en beneficio del pueblo de Guatemala, un Régimen Nacional, Unitario y Obligatorio de Seguridad Social, de conformidad con el sistema de protección mínima*" (Cap. 1º, Art. 1º). Foi criado, assim, um regime nacional, unitário e obrigatório. De acordo com a Lei, deveriam estar inscritos como contribuintes todos os patrões e trabalhadores.

que se juntaram no ano de 1946 formando o *Partido de Acción Revolucionaria* (PAR). A primeira organização comunista do período surgiu de forma secreta, em 1947, dentro do PAR, a *Vanguardia Democrática*, núcleo do futuro Partido Comunista. Entre seus fundadores estavam José Manuel Fortuny, que naquele momento era Secretário Geral do *Partido de Acción Revolucionaria*. Essa organização se revelou publicamente apenas em 25 de maio de 1950, quando José Manuel Fortuny liderou a saída de seu grupo do PAR para formar o inicialmente chamado *Octubre Revolucionário*, adotando um ano depois o nome de Partido Comunista. Esse dado é relevante para destacar não havia organizações comunistas declaradas na maior parte do governo de Arévalo, mesmo com as garantias Constitucionais de organização e reunião.

Diante do surgimento do Partido Comunista, em 1951, na administração de Arbenz, os líderes dos partidos revolucionários se juntaram em uma coligação política chamada *Frente Democrático Nacional* e deixaram claro sua posição, enfatizando “que não eram contrários ao catolicismo, que não eram comunistas e que não tentariam por em prática, nem de forma aberta nem velada, os princípios do comunismo como doutrina política” (MÓBIL, 2010, p.233). Ou seja, apesar do núcleo do Partido Comunista ter saído de dentro dos partidos revolucionários, estes não eram simpatizantes do comunismo.

Um grande número de futuros membros do Partido Comunista antes presentes na administração de Arévalo, encontrava-se em organizações de trabalhadores, que eram independentes e possuíam a garantia constitucional de atuação. A primeira organização, formada ainda em 1945, foi a *Confederación de Trabajadores de Guatemala* (CTG), aliada à *Confederación de Trabajadores de América Latina* (CTAL), que tinha como uma de suas lideranças o comunista salvadorenho Miguél Marmol. Com poucos meses de criação houve na CTG um desentendimento interno que levou à criação da *Federación Sindical de Guatemala* (FSG), que possuía bom relacionamento com a *American Federation of Labor* e com a anti-comunista *Inter-american Confederation of Workers*, a *Confederación Interamericana de Trabajadores* (CIT).

Entretanto, segundo Alexander (1969), em 1951 a FSG juntou-se à CTAL, no caminho para a reunificação do movimento de trabalhadores guatemalteco sob liderança comunista. A unificação do movimento operário guatemalteco ocorreu em 1952, já sob a presidência de Jacobo Arbenz, quando um congresso unificado estabeleceu a *Confederación General de Trabajadores de Guatemala* (CTCG), escolhendo para Secretário Geral Victor

Manuel Gutierrez¹⁵. Alexander (1969) destaca a influência comunista no movimento operário como fator chave na expansão da influência do Partido na vida política do país.

Em junho de 1950 Victor Manuel Gutierrez, chefe da *Confederación de Trabajadores de Guatemala* (CTG), que tinha saído do PAR alguns meses antes, fundou o Partido Revolucionário de Obreros Guatemaltecos (PROG), com programa quase idêntico ao do *Octubre Revolucionário*. Os dois Partidos tiveram uma coexistência paralela até Gutierrez retornar de uma viagem à União Soviética, em Novembro de 1951. Após sua chegada anunciou a dissolução do PROG e conclamou seus membros a juntarem-se ao Partido Comunista (ALEXANDER, 1969). No momento em que vieram a público, os comunistas já eram fator dominante nos altos cargos do movimento de trabalhadores. em 1952, com a união entre o PROG e o PCG, no segundo Congresso Geral do Partido, foi aceita a mudança de nome e o Partido Comunista da Guatemala passou a se chamar *Partido Guatemalteco del Trabajo* (PGT). Manuel Fortuny era o Secretário Geral do Partido Comunista da Guatemala (PCG).

Em 1949, ainda de forma clandestina, o PCG foi criado, mas o presidente Arévalo se recusou a permitir que o Partido fosse legalizado com base no Artigo 32 da Constituição Guatemalteca de 1945, que proibia partidos políticos estrangeiros no país. A mudança de nome foi uma das formas encontradas pelo Partido para facilitar seu processo de legalização¹⁶. Porém, em 1950 foi eleito Presidente o Coronel Jacobo Arbenz Guzmán, um dos líderes da Revolução de 1944 e grande amigo de Manuel Fortuny.

No primeiro ano do governo de Arbenz, o Partido Comunista foi legalizado e, em seu segundo Congresso Nacional (11-14 de dezembro de 1952), o mudou de nome para *Partido Guatemalteco del Trabajo*, na tentativa de diminuir as tensões relativas à sua existência, pois “antes disso havia algumas dúvidas sobre se eles poderiam ser reconhecidos nos termos da Lei Eleitoral, desde 1945 a Constituição proibia registro dos partidos com filiações internacionais” (ALEXANDER, 1969, p. 359).

O Governo de Jacobo Arbenz

Quando Arbenz recebeu a Presidência de Juan José Arévalo, as reformas revolucionárias se radicalizaram. Assim como Arévalo, Arbenz queria fazer da Guatemala um

¹⁵ Victor Manuel Gutierrez era um jovem professor secundário que também era membro da Câmara de Deputados pelo Partido Comunista.

¹⁶ O Artigo 32 da Constituição guatemalteca proibia a atuação de partidos de filiação estrangeira na Guatemala. “Se prohíbe el establecimiento de congregaciones conventuales y de toda especie de congregaciones conventuales y de toda especie de instituciones o asociaciones monásticas, así como la formación y el funcionamiento de organizaciones políticas de carácter internacional o extranjero. Constituição de 1945, *opcit*”

país capitalista moderno. Foi eleito por um partido revolucionário de sua região de origem, Quetzaltenango, o *Renovación Nacional*, que tinha como lideranças os industriais da região. Seu principal objetivo era modernizar o país de forma mais justa e, para alcançá-lo, pressionou o legislativo para aprovar o projeto de Reforma Agrária, o Decreto 900, votado pelo Congresso em Junho de 1952¹⁷.

A Lei não era de forma alguma coletivista, como acusavam os inimigos da Reforma Agrária. Ela proporcionava a concessão de terras públicas e a expropriação de fazendas com mais de 200 hectares não cultivadas pelo proprietário, em benefício dos trabalhadores agrícolas que viviam naquele lugar. A Lei não objetivava intervir em terras cultivadas nem nas fazendas de médio porte. Apesar disto, o pânico tomou conta dos grandes proprietários, representados pela *Asociación General de Agricultores (AGA)*, em todas as fases do processo de reforma. A mobilização popular gerada pela criação de comitês locais agrícolas assustou os membros da AGA. As decisões relativas à Reforma Agrária foram tomadas não só pelas pessoas notáveis da AGA, mas também pelos representantes da *Confederación General de Trabajadores Guatemaltecos (CGTG)* e da *Confederación Nacional Campesina (CNC)*, dois grupos de representantes populares, em oposição à AGA, representante dos grandes proprietários. Alexander (1969) critica Arbenz, pois, para ele, Arbenz não apenas permitia aos comunistas operar livremente como também lhes oferecia cargos chave na administração pública. O Departamento Agrário Nacional, DAN, era largamente composto por comunistas, segundo Alexander (1969), os comunistas teriam tirado vantagem dos êxitos da Reforma Agrária através da atuação da CNC, da CGTG e do DAN, instituições nas quais o papel dos comunistas guatemaltecos se destacava.

Em 18 meses a Reforma Agrária distribuiu 60.000 hectares a 100.000 famílias rurais, que somavam mais de meio milhão de pessoas (MÓBIL, 2010). As comissões de agricultura se fortaleceram, e também a presença dos grupos comunistas dentro destas organizações. O conflito entre o Presidente Arbenz e a *United Fruit Company* ampliou-se. A empresa estrangeira possuía uma quantidade considerável de terras e foi uma das mais afetados pela Reforma Agrária. A companhia declarava um valor de suas terras ao sistema fiscal local e foi com base nessa declaração que a indenização do governo foi realizada. A empresa considerou o valor injusto e reclamou que as terras valiam muito mais que o que foi oferecido. Além do mais, os técnicos da empresa alegaram que aquelas terras não utilizadas eram muito

¹⁷“A Reforma Agrária da revolução de Outubro tem por objetivo liquidar com a propriedade feudal nos campos e as relações de produção que darão lugar, ao desenvolvimento de sua forma de utilização e aos métodos capitalistas de produção na agricultura objetivando propagar o caminho para a industrialização da Guatemala”. Decreto 900. Disponível em: <http://www.congreso.gob.gt/decretos.php?id=5721>. Acesso em 10 de Maio de 2011.

importantes para a substituição das plantações de banana, as terras antigas eram consumidas rapidamente e eles necessitavam de muita terra para produzir (ROUQUIE, 1994, p. 71).

A nacionalização das terras do UFCO e os investimentos em infra-estrutura destinados a reduzir a dependência da Guatemala de empresas estrangeiras fizeram com que a UFCO se tornasse o maior e mais poderoso inimigo da Revolução Guatemalteca, atuando principalmente na tentativa de pressionar o governo estadunidense contra o governo guatemalteco. As reformas da Guatemala não foram bem recebidas pelos Estados Unidos, elas causaram a perda de lucros e investimentos de empresas privadas que começaram a queixar-se com a Casa Branca. A desconfiança estadunidense aumentou com a presença aberta de comunistas no governo e, diante de tal conjuntura, a Guatemala foi acusada de apoiar o comunismo internacional.

No contexto da Guerra Fria, quando a política externa dos Estados Unidos era focada na contenção do comunismo, a presença dos mesmos em posições influentes no governo da Guatemala levou a medidas para evitar as reformas e derrubar Jacobo Arbenz da Presidência do país. Ao longo da administração de Harry Truman a insatisfação já era grande, a ponto de uma operação encoberta para desestabilizar Arbenz ter sido criada em 1952, mas logo abortada devido ao vazamento de informações da operação, que foi chamada de PB/Fortune. A oposição ao governo guatemalteco aumentou com a chegada do republicano Eisenhower ao poder, que tinha como membros de seu governo diversas pessoas diretamente ligadas à companhia bananeira *United Fruit Company*.

As reformas sociais mudaram a Guatemala, mas apenas por um curto período de tempo, já que o cenário externo no qual elas aconteceram não foi favorável às mudanças. O estigma de coletivização presente na Reforma Agrária contribuiu para o fim da revolução. A Guerra Fria estava apenas começando, mas mostrou na Guatemala qual seria a posição dos Estados Unidos em relação a governos nacionalistas, comunista ou reformista. A revolução na Guatemala e as reformas sociais que ela produziu inspiraram latino-americanos de todo o continente, mas a derrubada de Jacobo Arbenz também serviu como um alerta do que poderia acontecer com aqueles que se atrevessem a desafiar o poder dos Estados Unidos em seu *quintal*.

Considerações Finais

Em 1954, os Estados Unidos, através da Agência Central de Inteligência (CIA), derrubou o Presidente eleito Jacobo Arbenz. No dia 18 de junho, o grupo armado liderado pelo Coronel exilado Carlos Castillo Armas iniciou uma invasão por terra na Guatemala,

entrando em choque com o exército nacional. Após menos de 10 dias de resistência e, mesmo sem nenhuma vitória significativa dos rebeldes, o exército guatemalteco pressionou o Presidente a renunciar. No dia 27 de junho de 1954, Jacobo Arbenz cedeu à pressão. O exército guatemalteco havia mudado de lado após uma exaustiva campanha de propaganda elaborada pela CIA, que utilizou notícias de jornal acusando o Presidente de ser comunista, charges ameaçadoras, um programa de rádio clandestino com programas que chamavam o exército a se rebelar, trotes telefônicos, panfletos jogados de aviões, conferências internacionais, o corpo diplomático dos EUA na América Central, sabotagens, ataques aéreos, entre diversas outras táticas para convencer o exército a retirar seu apoio ao governo¹⁸.

Em seu discurso de renúncia, o Presidente afirmou que estava sendo vítima de acusações infundadas de que seu governo era comunista e que a motivação da invasão era beneficiar as companhias estrangeiras que atuavam no país, em especial a *United Fruit Company*.

Em nome de que fazem essas barbaridades? Qual a sua bandeira? Todo sa conhecemos bem. Utilizaram como pretexto o comunismo. A verdade deve ser buscada nos interesse financeiros da companhia fruteira e dos monopólios norte americanos que investiram muito capital na América Latina, temendo que o exemplo da Guatemala se propagasse entre os países latino americanos irmãos.¹⁹

Entretanto, apesar da afirmação de Arbenz de que a intervenção foi um ato unicamente em benefício do capital estrangeiro, a grande maioria dos historiadores concorda que, apesar da campanha da *United Fruit* pressionar o governo Estadunidense e da ligação de diversos membros do governo com a companhia, a presença de comunistas em cargos de grande importância no país foi fundamental para a intervenção. Ou seja, não foram apenas a revolução e as reformas sociais que levaram à intervenção dos Estados Unidos, se não houvesse uma só companhia estadunidense sendo prejudicada na Guatemala, ainda assim a presença de um Partido Comunista livre e de comunistas na administração já seriam motivos suficientes para incitar a administração de Eisenhower a intervir. Obviamente, não podemos também ignorar o papel decisivo da UFCO e sua campanha de convencimento do Congresso e do Executivo norte-americanos, que se utilizou do anticomunismo do governo republicano na década de 1950, no contexto da Guerra Fria. Ou seja, a invasão é um exemplo clássico da

¹⁸ Informação com base na documentação da operação PB/SUCCESS, os documentos estão localizados no Arquivo digital da CIA. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/search.asp>. Acesso em 10 de Março de 2011.

¹⁹ Transcrição de áudio do discurso pronunciado por Jacobo Arbenz, e transmitido pela TGW, *la Voz de Guatemala*, rádio oficial da Guatemala. O original se conservou na rádio, mas não se sabe exatamente em que ano desapareceu. Fonte: <http://www.radiotgw.gob.gt> obtida no site da *Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centro América*. Disponível em: http://afehc-historiacentroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=2087. Acesso em: 10 de Janeiro de 2011.

política externa dos Estados Unidos no período da Guerra Fria que se só foi possível em decorrência da teia de interesses formada naquele momento.

Na Guatemala, o Partido Comunista crescia com grande velocidade apesar de seus poucos anos de existência, especialmente nas organizações de trabalhadores, o Partido Guatemalteco do Trabalho era considerado um dos principais líderes das reformas, principalmente da Reforma Agrária, e seu prestígio na sociedade causava grande apreensão nos países vizinhos. Na atmosfera da Guerra Fria, na qual o inimigo maior dos Estados Unidos era a União Soviética, e partindo do princípio defendido pelo Embaixador dos Estados Unidos na Guatemala em 1950, Richard Patterson, de que todo comunismo está diretamente associado à União Soviética²⁰, logo, a Guatemala estaria se tornado, em uma expressão utilizada pelo documento fundamental da Operação PB/Success, uma *cabeça de praia* para operações soviéticas no hemisfério americano²¹.

A revolução na Guatemala foi associada ao comunismo, tanto por parte dos comunistas, em benefício próprio, na busca por destaque político entre as massas, quanto por parte da oposição, na tentativa de retirar a legitimidade das reformas. Em oposição a ambos posicionamentos, o presidente Arbenz, em seu último discurso, exaltou o fato de a revolução ter sido um movimento democrático e reformista de caráter modernizador que procurava diminuir a dependência do país do capital internacional:

Tomei posse da Presidência da República com uma grande fé no regime democrático, na liberdade e de que era possível conquistar a independência econômica e política na Guatemala. Meu programa se orientava para a conquista plena desses objetivos; sigo acreditando que esse programa é justo, não destruíram a minha fé nas liberdades democráticas, na independência da Guatemala e em todo o bem que impulsiona a humanidade para o futuro. Algum dia serão vencidas as forças obscuras que hoje oprimem o mundo atrasado e colonial. Seguirei sendo, a pesar de tudo, um combatente da liberdade y do progresso da mina pátria.

A Revolução de 1944 e as reformas que promoveu possuíam uma forte retórica nacionalista, muito semelhante ao que estava sendo disseminado em vários países da América Latina. Devido ao contexto histórico da região e do papel predominante dos Estados Unidos na economia local, as décadas de 1940 e 1950 foram um período de contestação do papel dos

²⁰ A Teoria dos Patos popularizou-se através do discurso pronunciado pelo Embaixador dos EUA na Guatemala em uma reunião no Rotary Club no ano de 1950, quando Richard Cunningham Patterson Jr. chamou seu método de identificação de comunistas de teste do pato. Segundo ele, “Muitas vezes é impossível provar, legalmente, que certo indivíduo é um comunista; para estes casos eu recomendo um método prático de detecção – o ‘teste do pato’. O teste do pato funciona do seguinte modo: suponha que você vê um pássaro caminhando no em torno de um pátio de fazenda. Este pássaro não usa nenhuma identificação onde se leia pato. Mas, o pássaro certamente parece com um pato. Também, ele *vai para o lago e você observa que ele nada como um pato*. Então, ele abre seu bico e faz *quack* como um pato. Bem a esta altura, você tem provavelmente chegou à conclusão de que o pássaro é um pato, esteja ele usando a identificação ou não (IMMERMAN, 1984, p.102).

²¹ “*Project PBSUCCESS*”, parte do acervo documental online da CIA, de 16 de Novembro de 1954. “*Competent authority declared that the ‘Soviet beachhead’ in Guatemala represented a threat to the welfare of the United States. The CIA had been assigned the responsibility, on a Top operational priority basis, to remove the communist-dominated government and replace it with a friendly, pro United States government.*”

Estados Unidos na América Latina. Os nacionalistas destacavam o anti-imperialismo como uma das bases de sua política, e acusavam os Estados Unidos de serem imperialistas. Os comunistas, que possuíam o anti-imperialismo como princípio se beneficiaram do discurso nacionalista. A Guatemala foi talvez o mais claro exemplo de tal dinâmica.

O governo revolucionário possuía um forte tinge nacionalista que os comunistas foram capazes de usar em vantagem própria. As administrações de Juan José Arévalo e Jacobo Arbenz procuraram reduzir a influência que a United Fruit Company e outras empresas aliadas tinham sobre a economia da Guatemala. (ALEXANDER, 1969, p. 353-54)

Uma vez que a oposição era muito fraca para combater o nacionalismo e a crescente popularidade do PGT, houve a intervenção externa dos Estados Unidos. Porém, eles precisavam ser cuidadosos e agir de forma oculta, sem demonstrar seu envolvimento na ação, afinal, em 1947 eles haviam assinado o Pacto do Rio²² e uma invasão aberta causaria problemas de credibilidade no cenário da política externa. O governo dos Estados Unidos optou, então, por uma ação secreta para atingir os seus objetivos e esta fórmula, considerada um sucesso em 1954²³, seria usada posteriormente muitas vezes no hemisfério ocidental - Cuba (1961), Brasil (1964) e Chile (1973) são apenas alguns exemplos da política de operações encobertas dos Estados Unidos na região.

A revolução chegou ao fim na Guatemala no ano de 1954, a Constituição revolucionária foi banida, as pessoas acusadas de serem comunistas foram perseguidas, a Reforma Agrária foi cancelada e o povo viu a maioria dos avanços revolucionários regredirem. A Guatemala foi, durante 1944 a 1954, um das mais, se não a mais, progressiva nação da América Latina; depois de 1954 tornou-se uma das mais violentas e repressivas. O golpe de 1954 e as medidas tomadas pelo governo da Guatemala de 1954 a 1960 levaram o país a uma guerra civil que deixou mais de 200.000 mortes ao longo de cerca de trinta e seis anos, um acordo de paz só foi assinado em 1996.

Referências

ALEXANDER, Robert Jackson. *Communism in Latin America*. New Brunswick: Rutgers Univ. Press, 1957.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11ª. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

²² “Rio Pact” ou TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Acordo de defesa mútua assinado entre os representantes das principais nações do continente americano na Conferência Interamericana para manutenção da paz e segurança no continente, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1947.

²³ “Project PBSUCCESS”, parte do acervo documental online da CIA, de 16 de Novembro de 1954, acessado dia 28 de Julho de 2011.

- CARDOZA Y ARAGÓN, Luis. *La Revolución Guatemalteca*. Cidade da Guatemala: Editora del Pensativo, 2004.
- CULLATHER, Nick. *Secret History: The CIA's Classified Account of Its Operations in Guatemala, 1952–1954*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- GRANDIN, Greg. *A revolução guatemalteca*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan revolution and the United States, 1944-1954*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- IBARRA, Carlos F. Paz. *Tejada, Militar y Revolucionário*. 2ª Ed. Cidade da Guatemala: F&G Editores, 2004.
- IMMERMAN, Richard H. *The CIA in Guatemala: The Foreign Policy of Intervention*. Austin: University of Texas Press, 1984.
- MÓBIL, José Antonio. *La década revolucionária 1944-1954*. Cidade da Guatemala, Serviprensa, 2004
- ROUQUIE, Alain. *Guerras y paz en America Central*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- SCHENEIDER, Ronald M. *Communism in Guatemala: 1944-1954*. New York: Frederick A. Praeger, 1959.
- VISQUERRA, Sergio Tischler. *Guatemala 1944: Crisis y Revolución - Ocaso y quiebre de una forma estatal*. 2ª Ed. Cidade da Guatemala: F&G Editores, 2009.
- WITTMAN, Hannah; SALDIVAR-TANAK, Laura. *Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform*. Mexico: LRAM, 2007.

Referências complementares on- line

- CIA. Central Intelligence Agency. *Freedom of Information Act (FOIA) Eletronic Reading Room*. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/>. Acesso: 10 mai. 2011.
- FORTUNY, Manuel. Discurso de Renuncia del Presidente Jacobo Arbenz. Guatemala: 27 jun. 1954. Disponível em: http://afehc-historia-centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=2087. Acesso: 10 jan. 2011.
- GUATEMALA. Republica de Guatemala. *Ley Constitutiva de la Republica de Guatemala*. 11 dec.1879. Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/5/2210/14.pdf>. Acesso: 16 jul. 2011.
- GUATEMALA. Republica de Guatemala. *Constitución de la Republica de Guatemala*. 11 mar. 1945. Disponível em: <http://www.bibliojuridica.org/libros/5/2210/24.pdf>. Acesso: 10 mai. 2011.

GUATEMALA. Congreso de la Republica de Guatemala. *Decretos*. Disponível em: <http://www.congreso.gob.gt/decretos-ley.php>. Acesso: 10 mai. 2011.

GUATEMALA. Congreso de la Republica de Guatemala. *Ley de Reforma Agraria*. Decreto 900. Disponível em: <http://www.congreso.gob.gt/decretos.php?id=5721>. Acesso: 10 mai. 2011.

TIME. Time Magazine U.S. *Guatemala: The battle for the backyard*. 28 jun. 1954. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,860889,00.html>. Acesso: 16 jul. 2011.